



AS IMPLICAÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO EDUCACIONAL FEMININO NA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Lumma Porto Peixoto¹
Tânia Rocha de Andrade Cunha²

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise acerca da desigualdade entre homens e mulheres a partir da perspectiva de gênero. Nesse viés, mister se faz ressaltar a importância da compreensão da desigualdade no processo educacional entre os sexos ao longo da história, bem como, o papel exercido pela mulher dentro do âmbito familiar que tem como desdobramento a formação da identidade feminina. Dessa maneira, busca-se um melhor entendimento da influência exercida pela família na formação e educação da mulher, objetivando uma maior compreensão dos avanços na luta por direitos.

Foi atribuído e restrito aos homens por um longo período serem os protagonistas da história da humanidade visto que apenas o gênero masculino podia desfrutar do acesso à educação e, portanto, eram os responsáveis por contar a história das mulheres que participavam basicamente das relações privadas no âmbito doméstico. Nesse contexto, é sabido que o pensamento feminino era censurado, mesmo porque, a educação da mulher estava voltada quase que exclusivamente para o casamento, cuidado com o marido, filhos e afazeres da casa.

Entretanto, é possível inferir que apesar da desigualdade instaurada entre homens e mulheres, sempre houve luta e resistência ao longo da história. Nesse viés, procuramos analisar a obra *Emílio ou Da Educação* de Jean-Jacques Rousseau que representa a total desigualdade dispensada aos sexos, mas que é também um relato histórico que serve de parâmetro para posicionamentos reversos por parte de autores, que apesar das dificuldades, criticaram esse tipo de pensamento e se posicionaram a favor da luta pela conquista de direitos do sexo feminino.

1 Mestranda no PPG Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Endereço eletrônico: lumma_porto@hotmail.com

2 Doutora, Orientadora e Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Endereço eletrônico: rochandrade@uol.com.br



METODOLOGIA

O percurso metodológico utilizado foi pautado em uma pesquisa bibliográfica, que para tanto escolhemos trabalhar com a obra *Emilio* ou *Da Educação* de Jean-Jacques Rousseau confrontada por importantes estudiosos de gênero que abordam as lutas enfrentadas pelas mulheres na conquista de direitos. O livro em análise serviu como parâmetro histórico que possibilitou a compreensão do papel da mulher na sociedade e principalmente a inquietação de diversos pensadores, fato preponderante para os avanços na luta pela conquista de direitos do gênero feminino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A obra *Emilio* de Jean-Jacques Rousseau, publicada em 1762 evidencia a forma que a sociedade da época enxergava como deveriam ser exercidos os papéis dos homens e das mulheres e ainda a maneira de educação dispensada a cada um. O autor dedica os quatro primeiros capítulos à educação de Emílio, que representa o sexo masculino, e um único capítulo voltado para a educação de Sofia, destinada a ser esposa de Emílio. O modelo educacional proposto por Rousseau serviu de referência para base pedagógica utilizada durante a Revolução Francesa, em que a ideia de sujeito livre estava relacionada apenas ao homem, consoante se infere:

Segue-se que a mulher é feita especialmente para agradar ao homem. Se o homem deve agradar-lhe por sua vez, é necessidade menos direta: seu mérito está na força; agrada, já, pela simples razão de ser forte. Não trata da lei do amor; mas é a da natureza, anterior ao próprio amor (ROUSSEAU, 1995, p.424).

O filósofo francês sugere em seu livro uma espécie de ensaio pedagógico, que teve como objetivo demonstrar a conduta a ser seguida no percurso educacional desde a infância de Emilio até sua transformação em um homem bom na idade adulta, mostrando como a educação desenvolve e aguça o potencial do homem e o distancia das mazelas



sociais. Importante ressaltar que em todo momento o autor deixa claro a diferença entre os sexos, notadamente quando apresenta Sofia (mulher destinada a Emilio) e descreve a maneira ideal do comportamento da mulher.

A rigidez dos deveres relativos dos dois sexos não é nem pode ser a mesma. Quando a mulher se queixa a respeito da injusta desigualdade que o homem impõe, não tem razão, essa desigualdade não é uma instituição humana ou, pelo menos, obra do preconceito, e sim da razão: cabe a quem a natureza encarregou do cuidado dos filhos a responsabilidade disso perante o outro (ROUSSEAU, 1995, p.428).

Nesse viés, a socióloga Rita Radl afirma no livro *História, Memória e Educação*, no capítulo intitulado *Feminismo y Conocimiento de las mujeres y del Género* que a ideia de igualdade da mulher começa a ser formulada no final do século XVIII no contexto inglês e francês, no entanto, não podemos deixar de ressaltar a importância de trabalhos desenvolvidos a respeito dessa temática, tomando como exemplo a obra de Christine de Pizán na defesa de direitos da mulher no século XIV, bem como Olympe de Gouges que em 1791 defendeu a *Declaración de los derechos de la mujer como ciudadana* na França o que resultou em sua morte na guilhotina, fato que demonstra, mesmo timidamente, que a luta pelo direito das mulheres esteve presente no movimento revolucionário francês.

A estudiosa de gênero Rita Radl aduz também, que em 1792 na Inglaterra Mary Wollstonecraft defendia que as mulheres deveriam ter o mesmo direito a educação que os homens, esta autora rebateu na época a forma precisa dos argumentos da conhecida obra *Emilio* de Rousseau na qual o autor defendia uma nova educação de um sujeito livre voltada para o sexo masculino, Wollstonecraft reclamava que a educação que Rousseau destinava a Emilio deveria ser estendida a todas as mulheres, contrariando o posicionamento do autor.

É possível notar que inicialmente as maiores lutas travadas em defesa dos direitos das mulheres eram pautadas no acesso a educação, não a educação restrita ao âmbito privado dos lares, mas sim com informações que trouxessem condições de igualdade entre os sexos, é o que afirma o filósofo britânico John Stuart Mill:

A reivindicação das mulheres em serem uniformemente educadas como os homens, nos mesmos ramos de conhecimentos, está crescendo intensamente e com grande perspectiva de sucesso, enquanto que a exigência por sua aceitação em profissões e ocupações até aqui negadas a elas, fica mais urgente a cada ano. [...] Não é somente em nosso país e na América que as mulheres estão começando a protestar, mais ou menos, coletivamente, contra as desigualdades sob as quais elas vivem (MILL,



2006, p.30).

Um importante marco na luta pelos direitos das mulheres ocorre na primeira metade do século XIX com o surgimento do termo “Feminismo” usado pelo pensador francês Charles Fourier, defensor do socialismo utópico que se pronunciava a favor da emancipação da mulher fora da família e do casamento burguês. No final do século XIX já é possível o acesso de mulheres a Universidade em alguns países como Estados Unidos, Alemanha e Austrália, o que demonstra avanços na luta pela igualdade entre os sexos.

No Brasil, a cultura portuguesa atrelada a colonização agrária fortaleceu a tradicional família patriarcal, marcada especialmente pela relação de dominação do homem em relação à mulher, que era subjetivada no papel de verdadeira escrava doméstica como pode ser observado nas palavras de Mary del Priore:

A relação de poder já implícita na escravidão se reproduzia nas relações mais íntimas entre marido e mulher, condenando esta a ser uma escrava doméstica, cuja existência se justificasse em cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa, servir ao chefe de família com sexo, dando-lhe filhos (DEL PRIORE, 2014, p.13).

No mesmo sentido, a socióloga Tânia Cunha aborda a natureza das relações familiares, marcadas pela submissão das mulheres que eram educadas para desempenhar apenas as funções dentro do ambiente doméstico, como pode ser alhures observado:

A maternidade, a vida voltada para os cuidados com o marido e os afazeres domésticos, eram considerados sinônimo de feminilidade, enquanto que a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura eram considerados características do universo masculino. A mulher que não perseguisse as trilhas do destino, estaria na direção contrária à sua própria natureza e dessa forma, não poderia ser feliz nem promover a felicidade de outras pessoas. Esta era a educação das meninas, que desde crianças aprenderam que deveriam ser boas mães e boas donas de casa (CUNHA, 2013, s/p).

Entretanto, assim como em outros lugares do mundo, a socióloga Rita Radl demonstra que o Brasil também contou com nomes importantes na luta pelo direito das mulheres, com o movimento sufragista Berta Lutz e Nisia Floresta promoveram a luta pelo direito ao voto feminino, fundando em 1922 a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que além de reivindicar a participação das mulheres na política, reclamavam direito à liberdade e ao trabalho sem que houvesse necessidade de prévia autorização do



marido.

CONCLUSÃO

Finalmente podemos inferir que a educação, enquanto processo de socialização encontra-se diretamente ligada a maneira como são exercidos os papéis de gênero na sociedade, na medida em que contribui de maneira essencial na configuração da identidade feminina. A educação desempenha um papel singular, principalmente no que concerne a transmissão de valores e conteúdos atrelados aos sujeitos masculinos e femininos. Ademais, é a partir do conhecimento acerca do tema ora tratado, que se torna possível promover mudanças nos elementos estruturais que continuam acentuando a verticalidade da desigualdade nas relações entre os sexos.

Outrossim, entendemos que mesmo com tantos esforços dos teóricos e movimentos que se debruçam sobre a questão da igualdade de gênero, ainda resta um longo caminho a ser percorrido na luta pelos direitos das mulheres. Mas, através da educação é possível propor mudanças políticas, institucionais e pessoais para que possamos avançar na luta pela igualdade e equiparação de direitos.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. A mulher, o amor e o casamento: passado e presente. **Anais** do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, UFBA, Salvador-BA, 2013.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e Conversas de mulher**. 2ª edição, São Paulo: Planeta, 2014.

MILL, John Stuart. **A Sujeição das Mulheres**. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. Editora escala, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução Sérgio Milliet. 3. ed. RJ: Bertrand Brasil, 1995.

RADL, Rita Philipp. Feminismo y conocimiento de las mujeres y del género. In:



XII COLÓQUIO NACIONAL E V COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO



26 A 29 DE SETEMBRO DE 2017

ISSN: 2175-5493

LOMBARDI, José Claudinei; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (orgs.). **História, Memória e Educação**. Editora Alínea, Campinas: SP, 1ª ed., 2011.

WOLLESTONECRATF, Mary. **Vindicación de los derechos de la mujer**. Madrid: Debate Editorial, 1998.